

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se ao centenário da Guerra do Contestado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado; registra o Dia da Consciência Negra.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a implantação da Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Aborda o fechamento da extensão da Escola de Educação Básica Gertrudes Benta Costa.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao aeroporto regional de Jaguaruna.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Faz um balanço de sua viagem ao extremo oeste catarinense.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao funcionamento das autoescolas do nosso estado; aborda a questão do Código Florestal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, plateia que nos assiste, comunidade catarinense, quero me reportar hoje, inicialmente, à nossa história catarinense, à história da Guerra do Contestado, essa história que aconteceu no ano de 1912 a 1916. Foi palco de muitas mortes, foi, sem dúvida nenhuma, o maior evento acontecido no Brasil em termos de guerra. E não foram tão bem difundidas as suas ações como na Guerra dos

Canudos, no nordeste, descrita por Euclides da Cunha, no seu livro Os Sertões.

Temos, sim, que comemorar esse grande evento que é o centenário da Guerra do Contestado. Fizemos uma sessão solene muito bonita nesta Casa, na semana passada, quando estiveram presentes todos os municípios envolvidos na Guerra do Contestado, e homenageamos os municípios para que a nossa história continuasse a ser lembrada e homenageada.

Nesta semana se comemora a Semana do Contestado. E a parte branca da bandeira do Contestado representa a paz, a parte verde, representa as nossas florestas.

Há 100 anos construímos uma ferrovia que hoje faz parte da antiga Rio/São Paulo, a que passava pelos estados de São Paulo, Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje, 100 anos depois, não temos a capacidade de ter a construção de outra ferrovia e, pior, sequer fazer funcionar a existente. Ao contrário, a ALL, empresa concessionária dessa ferrovia, vem vilipendiando a ferrovia, trocando os trilhos bons por trilhos ruins, fazendo com que a qualidade da ferrovia construída há 100 anos caia e ela seja incapaz de fazer com que o tráfego de trens se torne possível.

É por isso que estamos fazendo no planalto norte uma audiência pública com os prefeitos interessados, do ramal de Mafra a Porto União. Portanto, os municípios de Mafra, Canoinhas, Três Barras, Irineópolis e Porto União são os que querem que a rodovia atravessasse suas terras e, assim sendo, tem interesse histórico, turístico e comercial. Mas para que essas coisas aconteçam temos que nos organizar, fazer com que, primeiro, a parte turística se encaminhe.

Queremos que a ALL participe dessa parte turística, participe com vagões e uma máquina para que possamos fazer o ramal turístico. Queremos que os empresários também se interessem pela nossa ferrovia fazendo o transporte de pinus, fazendo o transporte de soja, de milho e outros cereais.

Queremos dizer que Santa Catarina e o Brasil precisam, sim, que ferrovias sejam construídas, pois só se fala, só se deixa no papel e nada acontece, e de quem é essa responsabilidade? Primeiro, do governo federal que é o grande responsável pelas ferrovias, pois incrementando o tráfego de ferrovias diminui o número de caminhões, como também fazendo o transporte de carga mais pesada possibilita aliviar o tráfego das nossas rodovias.

Temos certeza de que ferrovia é sim uma solução futura para o Brasil. Estamos começando esse sistema em nossa reunião, estamos começando em nosso estado, e queremos que o governo federal se manifeste e coloque verbas substanciais no orçamento, verba de R\$ 1 milhão por ano, para fazer a limpeza da ferrovia. Mas isso se torna quase impossível.

Então, teremos que ter números substanciais. O governo federal, o ministério dos Transportes, têm que se interessar, sim, pelas rodovias no estado de Santa Catarina, bem como a nossa região, a do planalto norte, precisa, sim, de um gasoduto para fazer com que haja maior desenvolvimento das indústrias. Temos matéria-prima para fazer, por exemplo, cerâmica, um grande viés. Mas no momento não podemos competir com São Paulo, por quê? Porque não temos o gás. Então, gasoduto, sim, se faz presente. O gasoduto está lá em Rio Negrinho, então, que se façam os 40 quilômetros até Mafra, os 54 quilômetros até Canoinhas e os 70 quilômetros até Porto União.

Temos certeza de que a SCGás tem condições de entrar neste mercado para ajudar o desenvolvimento do planalto norte, uma vez que o nosso litoral também está de parabéns, porque cada vez mais instalam indústrias que fazem o crescimento e o desenvolvimento da nossa região. E refiro-me à instalação da BMW no estado de Santa Catarina, mais precisamente no município de Araquari, município vizinho a Joinville, município, portanto, que faz parte do litoral.

O governo do estado tem que se preocupar com o planalto norte, que está esquecido. Precisamos,

sim, que esses R\$ 20 milhões tenham o aporte mais rápido possível na região.

Temos certeza de que o governo do estado não medirá esforços para fazer com que o planalto norte seja lembrado, como lembramos aqui a Guerra do Contestado, e de lá foram retiradas mais de 15 milhões de árvores, imbuias e pinheiros.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de saudar v.exa. que representa o estado e especialmente o planalto norte. Como falamos na audiência que v.exa. presidiu a respeito do Contestado, há 100 anos conseguia-se fazer ferrovias neste estado, e hoje com toda a tecnologia disponível temos dificuldade.

Isso é importante para o planalto norte pela questão do escoamento da produção e porque toda a indústria agropecuária do oeste depende dos grãos que vêm da região centro-oeste do Brasil, de Mato Grosso, Goiás etc. Se não tivermos a construção de ferrovias ligando o estado de Santa Catarina com o centro-oeste e outros estados, como Paraná e São Paulo, vamos piorar esse caos no que tange à mobilidade que já existe.

Parabéns pela sua luta em defesa das ferrovias, porque vejo que é mais falta de vontade do que dificuldades. Parabéns pelo posicionamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de dizer à comunidade catarinense que a nossa história é rica em elementos. E, como dizia, os 15 milhões de pinheiros e imbuias tirados da nossa região foram substituídos através de reflorestamento por pinus e eucaliptos. Mas é importante que neste espaço de tempo não sejamos esquecidos. Precisamos do apoio do governo federal, estadual e da comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero aqui, nesta sessão de terça-feira, cumprimentar especialmente o prefeito de Imbuia, Oscar Laurindo, e o vice-prefeito eleito, João. Quero ainda cumprimentar os servidores desta Casa e de forma especial a demanda dos centros de formação de condutores das autoescolas que estão presentes novamente neste Parlamento em virtude de um problema antigo que esta Assembleia pode resolver, e já poderia ter resolvido. Mas falaremos desse assunto mais a seguir.

Eu gostaria de dar uma pequena contribuição ao debate feito pelo deputado Antônio Aguiar sobre os 100 anos do Contestado. Aliás, ontem, 22 de outubro, completamos 100 anos da Batalha do Irani, que inaugurou a Guerra do Contestado. Esse fenômeno social, esse movimento social pode ser entendido por diversos aspectos. E prefiro analisar pelo lado dos caboclos, dos camponeses, dos indígenas, que perderam suas terras para um monopólio internacional, na época, inglês. Fizeram uma estrada de ferro com o objetivo de exportar madeira, e como foi citado pelo deputado Antônio Aguiar: pinheiro, araucária, pinheiro brasileiro e imbuia. Levaram todas as imbuias do planalto norte e até da Imbuia levaram todas as imbuias, se não a Lumber, mas outros movimentos posteriores.

Mas a história oficial gosta de contar a história passada, dos oprimidos, apenas 100 anos depois ou quando se imagina que aquela classe social, aquele segmento da sociedade ou seus descendentes diretos, já não têm a mesma memória daqueles fatos.

E eu gostaria de refletir que outras tantas *Lumber Corporation* continuam explorando o nosso estado. Agora para exportar soja, agora para exportar madeira ainda, pinus, pinheirinho americano, eucaliptos e também caro. Talvez, há 100 anos, as fotos precárias mostravam o dono da Lumber e o presidente da época junto com o governador da época, numa foto parecida com esta (deputado mostra foto de jornal) desta semana, que

mostra o presidente da BMW junto com o presidente da República e o governador deste estado. Mas também falaremos mais sobre isso, porque cabem, com certeza, mais de dez minutos nesta discussão.

Foi aprovada, aqui, nesta Casa, no início do mês de setembro, uma lei que dá tudo que a BMW ainda não tinha ganhado do governo federal. Aliás, continua a facilidade dos governos em dar para os ricos o que conseguem em detrimento dos pobres, como há 100 anos.

A BMW não precisa pagar a Previdência, assim como as outras montadoras de automóveis no Brasil também. A BMW tem redução de IPI, assim como as outras montadoras do Brasil também. E o governo do estado vai pagar o terreno, a energia elétrica, a instalação, a terraplanagem, enfim, uma montoeira de itens que o governo do estado vai pagar.

A BMW escolhe o terreno, não precisa ter o dinheiro, pode escolher o lugar, o local, de que forma e como quiser. O BNDES, que é um banco público, paga pelo terreno, e o governo do estado assume a dívida.

Esse mesmo recurso utilizado para financiar a agricultura familiar, os pequenos agricultores do estado de Santa Catarina, e defendemos isso neste estado, não geraria mais empregos? Esse mesmo recurso utilizado para desenvolver o sistema de transporte coletivo, efetivamente coletivo, na Grande Florianópolis ou em outras cidades do estado, não geraria também muitos empregos? E a pergunta: não resolveria mais problemas sociais? São interrogações que precisam ser feitas, mas voltamos a esse debate, porque de assuntos polêmicos temos outros, ainda na tarde de hoje, nesses quatro minutos que restam.

A greve dos trabalhadores da Saúde começou forte, na manhã de hoje. O governo tinha pedido 15 dias para apresentar uma proposta, ganhou os 15 dias. Mas não apresentou propostas, a não ser o oferecimento do aumento da jornada de trabalho em troca de alguns reais e centavos. Um direito importante por alguns trocados - essa foi a proposta do governo.

Então, a greve começou forte. Tem o apoio das autoridades do governador Raimundo Colombo que precisa atentar para isso, porque sabemos o drama que é uma greve na Saúde. Se em outros setores já complicado, na Saúde é muito mais. Assim, as principais autoridades do estado, incluindo o governador, precisam tomar pé dessa situação e sentar para apresentar uma proposta efetiva e de fato para os trabalhadores, do contrário, infelizmente será ruim para todo mundo, para os trabalhadores da Saúde, para o SindSaúde, para o governador do estado, politicamente falando, e principalmente para a sociedade que já tem um serviço bastante precário e que ficará suspenso enquanto durar a greve, infelizmente.

Por isso, apelamos ao governador Raimundo Colombo que designe alguém com poderes para efetivamente negociar com o sindicato e com os trabalhadores em greve.

Por último, o terceiro assunto também é polêmico e traz vocês a esta Assembleia mais uma vez depois de tantas que já vieram ao longo desses anos. Santa Catarina, querendo parecer mais realista do que o rei, criou uma lei estadual nesta Assembleia dizendo que para existir o centro de formação de condutores, uma autoescola, é preciso que seja feita uma licitação, uma concorrência.

Evidentemente que esse discurso é encantador, mas ele é também e diria até principalmente enganador, porque em seis anos de vigência de lei nunca houve licitação, porque os mesmos setores que fomentaram a criação da lei, sempre que o Detran pensa em começar a escrever o processo de licitação, já tem fila de advogados dando um jeito de derrubá-la. E a lei tem funcionado, não obstante todos seus supostos interesses públicos, para garantir uma certa reserva de mercado para setores ali estabelecidos antes de 2006.

Esse é um fato já incontestável, e a ser rigoroso com a lei estadual, o Tribunal de Justiça deveria mandar fechar todas as autoescolas de Santa Catarina hoje. É obvio que isso criaria uma situação de caos, mas com isso, com certeza,

resolveríamos alguma coisa de forma digna e decente. O que não é possível é o estado de Santa Catarina congelar a política de formação de condutores para atender aos interesses de alguns, de meia dúzia de autoescolas.

Querem falar de competência, de habilitação técnica, pois falemos disso, e o Detran é autoridade para fiscalizar e garantir a qualificação técnica desses centros de formação de condutores. Agora, não pode é o estado de Santa Catarina ficar congelado,

em prejuízo das pessoas que investiram nisso e, principalmente, em prejuízo da sociedade catarinense, dos cidadãos catarinenses e da população catarinense que da forma que está e, em muitos casos, tem que viajar 100 km para fazer a carteira de motorista. Se isso é racional, prestar bom serviço à sociedade catarinense, eu não sei o que estou fazendo aqui.

É preciso que essa lei seja revogada o mais urgentemente possível por esta Assembleia, que de forma equivocada criou essa lei no ano de 2006.

Muito obrigado!

(Palmas da galeria)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaríamos de saudar a plateia, os representantes catarinenses dos centros de condutores. Sintam-se à vontade!

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente deputado Antônio Aguiar, srs. deputados, pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, proprietários do centro de formação de condutores de todo o estado de Santa Catarina, preocupados com a sua sobrevivência, com a continuidade do seu trabalho, também incomodados com a intervenção do estado no seu trabalho.

Eu estava ali fora dizendo que quem deve fazer essa regulação, quem deve dizer que quem deve continuar ou não no mercado é o aluno da autoescola. É ele que é a propaganda, é ele que vai dizer se essa é boa ou não é boa. É ele que

vai dizer se aquela escola vai sobreviver ou não. Se ela pode continuar funcionando ou não.

Então, quando o estado num caso como este interfere, os maiores prejudicados são, sim, os trabalhadores das autoescolas, os proprietários e, mais ainda, as pessoas que precisam das autoescolas para tirarem suas carteiras de motorista.

Vamos pegar o caso de Araquari que teve uma autoescola fechada. Fechando a autoescola de Araquari, a pessoa vai para Joinville tirar a sua carteira. Não tem jeito. E toda a questão de horário, de agendamento, fica tudo muito complicado. Podemos citar o mesmo exemplo dentro de Joinville, que é a cidade onde moro, que tem diversas autoescolas.

Se fecham uma autoescola no bairro Aventureiro, por exemplo, que pode ser a única escola do bairro, mesmo que seja na mesma cidade, para ir até o centro procurar outra autoescola já dá um transtorno danado, porque é trânsito, trabalho, escola, é tudo muito complicado.

Então, acho que essa liberdade de poder abrir e fechar tem que ser dada para aquele que quer fazer isso aí, é para aquele que quer implementar o seu trabalho. E vejo que o estado nesse sentido não pode interferir. Se a lei foi feita na Assembleia, a Assembleia pode resolver isso.

Por isso vocês podem contar com a nossa solidariedade para que o problema de vocês possa ser resolvido.

Quero falar também, sr. presidente, do editorial da revista *Raça Brasil*, do mês de outubro desse ano, que chegou em minha casa, pois sou assinante.

No mês que vem, dia 20 de novembro, é comemorado o Dia da Consciência Negra, que foi implementada junto com a Lei n. 10.1639, que obriga o ensino da história da África nos ensinos particulares e públicos do nosso país.

Em Santa Catarina e no Brasil inteiro essa lei não tem sido implementada devidamente no ensino público nem no ensino privado. Eles não têm mostrado a contribuição do povo africano, dos

negros brasileiros, para a cultura brasileira, excetuando em alguns momentos.

Quando se aproxima o dia 20 de novembro, várias escolas, várias entidades, se organizam para fazer um monte de festa em comemoração ao dia da Consciência Negra. Só que a lei não fala isso. E essa lei completará dez anos em janeiro do ano que vem. E a lei fala que o ensino da história da África, da contribuição africana para o Brasil, tem que ser feita durante todo o ano. E não é isso que tem sido feito. E o que tem sido feito tanto em Santa Catarina como em outros estados brasileiros tem sido apenas os movimentos sociais.

Já enviei ofício ao secretário da Educação, ao governador Raimundo Colombo, pedindo que seja regulamentada essa lei em Santa Catarina, para que realmente os jovens catarinenses saibam da contribuição dos negros que foram trazidos para cá, inicialmente, para serem escravizados.

Na semana passada, uma reportagem no *Jornal Hoje* mostrou no porta-malas de um carro 200 filhotes de papagaio, e isso já dá raiva, dá revolta, imaginem há 500 anos, quando foram trazidos nos porões dos navios os negros acorrentados e marcados como gado. A cada viagem, quando trazidos da África para o Brasil, morriam 40% desses negros, assim como os papagaios dessa reportagem do *Jornal Hoje*. Esses africanos eram trazidos definitivamente como animais para o Brasil, e essa memória vai-se perdendo.

As escolas não ensinam que o Egito faz parte da África. Algumas contribuições da cultura brasileira são as que o povo africano trouxe para o nosso país, por isso, vejo que o governo estadual precisa implementar essa lei, regulamentar essa lei, para que todas as escolas particulares e públicas mostrem a contribuição africana para o Brasil e o que realmente foi a escravidão no Brasil.

Muitas vezes, quando se fala em cotas, as pessoas acham injustas as cotas no Brasil, mas os negros diferentemente de outras etnias não vieram para o nosso país por livre e espontânea vontade, foram arrancados da sua terra. E muitos nas suas

tribos eram príncipes, princesas, que vieram para cá comercializados como animais. Os que tinham canelas finas era um preço, canelas grossas era outro preço, se tinham dentes bons também era outro preço, enfim, realmente eram comercializados como animais.

Então, precisamos fazer com que Santa Catarina, o estado brasileiro, reconheça a importância do negro e repare os erros históricos que foram cometidos com a nossa gente.

Eu quero aproveitar esses últimos dois minutos que me restam na tribuna para me solidarizar com os agricultores de Joinville, que foram prejudicados com a chuva de granizo que ocorreu ontem na cidade, e que o governo do estado, através da secretaria da Agricultura, possa ajudar esses agricultores para que eles possam pelo menos sanar parte dos seus prejuízos.

Aos Centros de Formação de Condutores, mais uma vez, a nossa solidariedade, o nosso apoio, para que realmente esse erro seja reparado.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha especialmente hoje, proprietários de CFC, autoescolas que estão mais uma vez nessa luta para continuar o exercício da sua profissão, da sua atividade tão importante para o estado de Santa Catarina, quero aproveitar a oportunidade para saudar o prefeito de Romelândia, o Elizio, o vereador Flandes Schlindwein, que estão hoje nesta Casa, o prefeito Rudimar Francisco Guth, de Tigrinhos, os vereadores da atual legislatura e também os eleitos, o prefeito Odilson Vicente de Lima, de Campo Erê, os vereadores Chiquinho, o Sebastião, o Gabriel Gibran.

Gostaria de saudar, ainda, o prefeito Denilson Casal, de Ipuaçú, os vereadores Clóvis Comonelo, Bráulio Casagrande, Tato, de Saltinho, o vereador

eleito Rogerinho, de Tijuca, e o nosso amigo Edson Souza que também se reelegeu vereador naquele município.

Eu agradeço sempre a Deus por tudo que ele me proporciona. E em algumas situações especiais, quando alguns acham que é um acaso, acredito que tudo tem um porquê nesta vida.

Em 2002, concorri ao cargo de deputado estadual e fiquei como segundo suplente, e em janeiro de 2006 assumi uma cadeira nesta Casa por três meses, exatamente quando estava sendo votada a Lei 13.721, que hoje causa tantos problemas para os CFCs, às autoescolas.

Lembro-me bem que, à época, porque eu conhecia bem o assunto por ter sido delegado regional de Polícia por muitos anos, fui procurado por alguns proprietários de CFCs, de autoescolas. Então, estudamos a lei e vimos que iria dar o problema que deu hoje.

Muito bem, na ocasião da votação da Lei 13.721, o meu foi o único voto contra, em 2006, porque era visível que criaria uma reserva de mercado, geraria conflito com o Poder Judiciário e deixaria o Detran engessado, como de fato ocorreu.

E hoje estivemos debatendo esse assunto. Inclusive, no final de semana estudei toda a legislação pertinente, porque há, a partir de hoje, a proibição de novas matrículas por 93 Centros de Formação de Condutores que empregam mais de mil pessoas, envolvendo quase cem municípios do nosso estado.

Estudei bastante o assunto e lembrei-me de um projeto, à época, debatido muito com os deputados Sargento Amauri Soares, Aldo Schneider, Darci de Matos, Dirceu Dresch, enfim, por aqueles que têm procurado uma solução. E entendíamos que, revogando uma parte da lei, resolveríamos o problema. Fizemos uma emenda, inclusive não assinei, porque por acordo eu seria o relator do projeto para que déssemos uma tramitação rápida e resolvêssemos o problema. Mas aquela votação acabou não ocorrendo porque havíamos chegado a um consenso de que teria a licitação e seria possível resolver a situação. O que não aconteceu!

Hoje tivemos uma reunião com boa parte das lideranças, com alguns deputados, e lembrei-me do tempo em que eu estava como delegado regional de Polícia em São Miguel d'Oeste, onde havia uma briga entre duas autoescolas, com várias denúncias. Na verdade uma autoescola queria trabalhar e a outra, além de não querer trabalhar, não queria deixar a outra trabalhar. E a minha definição para aquela situação era que fosse feita uma proposta para aquela autoescola que não queria que a outra trabalhasse da seguinte forma: a sua empresa ganhará R\$ 100 mil por mês, mas a outra empresa ganhará R\$ 10 mil. Pode ser? Ou ainda vocês podem optar por ganhar apenas R\$ 5 mil por mês e a outra empresa não ganhar nada. Ele iria escolher ganhar R\$ 5 mil e o outro não ganhar nada, ao invés de ganhar R\$ 100 mil e o outro poder ganhar R\$ 10 mil. Infelizmente, estamos vendo isso nessa briga.

Eu confesso que não entendo o posicionamento do Sindemosc. Quando ele, como presidente do sindicato, tem a oportunidade de entrar para a história, fazer esse entendimento e deixar o estado de Santa Catarina bem atendido em todos os municípios, é contrário a esse entendimento.

A sociedade, a Justiça, os deputados e todos os CFCs do estado querem essa solução, pois o cidadão vai ser beneficiado, e o Sindemosc não concorda.

Então, hoje até sugeri que fosse feito um grupo de estudo para encontrar uma solução. Eu pedi a palavra e perguntei: mas com todo mundo aberto ou com parte das autoescolas fechadas? "Ah, daí teremos que ver".

Mas esse fechamento das autoescolas, deputado Antônio Aguiar, está causando um transtorno muito grande e um abalo financeiro e moral, porque o concorrente, aquele que não quer ganhar R\$ 100, mil, desde que o outro não ganhe nada, vai ficar colocando na imprensa que a autoescola já está fechada, que não pode ter novas matrículas.

Então, o dano econômico e moral para todas as famílias é muito grande, e nós, nesta Casa, temos que encontrar uma solução. A solução é permitir,

porque esse não é um serviço público. O serviço de examinar e conceder a carteira é um serviço público, mas o de formar não é. A formação é feita pelas escolas, e o estado tem que fazer o exame. Para que se tenha uma boa formação, o Detran de Santa Catarina tem dado um belo exemplo no controle com a biometria e as horas-aulas, sempre preocupado com a melhor qualidade da formação do nosso motorista.

Então, a formação é uma atividade privada e essa mudança na lei que queremos fazer é que, como é uma atividade privada, assim como é a do fabricante de placa, o estado simplesmente dê a autorização para que funcione e faça a fiscalização, o acompanhamento e, no caso de irregularidade, a adoção de providências.

Ninguém coaduna com irregularidade. Nenhum dos proprietários e dos servidores do Centro de Formação coadunam com qualquer tipo de irregularidade.

Então, a mudança na lei tem que ocorrer para que o Detran simplesmente faça o credenciamento, abra esse espaço e todos os nossos CFCs possam funcionar

Vejo que a solução é pacífica e tranquila, mas creio que esta Casa, como já foi demonstrado hoje pela manifestação dos srs. deputados, deve agir o mais rápido possível para que tenhamos, no máximo dez dias, essa questão resolvida e que o prejuízo que a sociedade catarinense está enfrentando seja resolvido.

Mas acredito no bom senso e na boa vontade da grande maioria, e que os senhores poderão fazer esse trabalho que têm feito com tanto zelo, respeito e dedicação.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença, neste plenário, do juiz corregedor do Tribunal de Justiça, dr. Davidson Jahn Mello, que é natural de Joinville e que nos visita nesta tarde.

Também registro a presença de vários vereadores da nossa cidade, e vejo aqui o vereador Patrício Carlos Destro, Odílio Francisco Machado, Sidney Ribeiro, Maurício Peixer, Lauro Kalfels, Joaquim Alves dos Santos.

Temos também a presença do sr. Lúcio Mauro, diretor da Radioclube. Enfim, muitas lideranças que estão aqui para acompanhar a votação e, certamente, a aprovação do projeto de lei que já passou nas comissões, o qual dispõe sobre a permuta do Fórum antigo com um terreno da prefeitura municipal, para a construção da sede da Justiça Federal, no município de Joinville.

O Sr. deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença também aqui neste plenário do prefeito atual e reeleito do município de Concórdia, João Girardi, juntamente com o vice-prefeito Neuri Santhier. Saúdo também todos que já foram aqui anunciados anteriormente. Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, autoridades do município de Joinville, a minha saudação efusiva, especial, a exemplo do que fez o eminente deputado Maurício Eskudlark e o

deputado Sandro Silva, aos proprietários e diretores das autoescolas do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, realizamos uma reunião na semana passada, na qual estavam presentes o deputado Maurício Eskudlark, o deputado Edison Andrino, o Vanderlei Rosso, eu e o dr. César Grubba, secretário da Segurança Pública, para tratar da questão do funcionamento das autoescolas do nosso estado, sejam credenciadas há muitos anos ou as que também têm o seu credenciamento por força judicial, com liminar. Porque, como todos sabem, no dia de hoje por força de uma decisão do Tribunal de Justiça, as autoescolas estão sendo fechadas. Ou melhor, estão impossibilitadas de fazer novas matrículas. O que significa um transtorno, o que significa danos e dificuldades à população catarinense.

Estamos falando, sr. presidente, deputado Aldo Schneider, que essa decisão, que muito respeitamos, é lamentada profundamente em virtude dos problemas que traz para Santa Catarina. Estamos falando de 43 municípios que ficarão sem autoescolas. Serão 48 municípios que sofrerão com a redução drástica no atendimento; 91 municípios que serão atingidos com o fechamento e 122 autoescolas fechadas na sua totalidade. Isso causa um grande problema de toda a ordem à população catarinense, à geração de emprego e renda, porque muitas famílias ficarão desempregadas e muitas empresas autoescolas terão suas portas fechadas e terão problemas legais, jurídicos, financeiros etc.

Portanto, nessa reunião com o secretário da Segurança Pública e demais lideranças decidimos que faríamos hoje uma reunião na Assembleia, e de fato realizamos, deputado Dirceu Dresch, na sala da imprensa, com representantes das entidades que representam as autoescolas, lideranças das bancadas e do Detran. Mas para nossa surpresa, para nossa alegria acabamos recebendo e tendo a participação de dezenas, ou centenas de representantes de autoescolas de Santa Catarina.

Alguns certamente saíram na madrugada ou no dia de ontem para poder estar aqui, para poder dizer para nós uma única coisa: Deixem-nos trabalhar!

Vocês vieram aqui para pedir a nossa autorização, o nosso apoio para trabalhar, para produzir, para gerar emprego, para formar bem os nossos motoristas do estado de Santa Catarina. E este estado sempre esteve ao lado daquilo que é correto, sempre esteve ao lado dos movimentos populares que defendem a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense, e não vai ser agora que vocês vão ser abandonados.

Nós definimos na reunião há poucos instantes, na sala da imprensa, deputado Aldo Schneider, com a sua liderança, com a presença do deputado Dirceu Dresch e de outros deputados, que vamos pedir ao presidente da Comissão de Justiça, deputado Romildo Titon, ao deputado Dóia Guglielmi, vice-presidente, para que o projeto de autoria do deputado Aldo Schneider, do deputado Sargento Amauri Soares e de mais 19 parlamentares, possa tramitar a partir de hoje na referida comissão.

Se Deus quiser, com o nosso apoio, com a anuência do governo, com a participação de todos vocês, na semana que vem haveremos de aprovar esse projeto nas comissões competentes, e logo depois no plenário, revogando a Lei n. 13.721, no seu art. 6º, fazendo o que a maioria dos outros brasileiros estados já fazem, que é não fazer a licitação - as autoescolas são reguladas pela resolução do Contran e são credenciadas conforme critério do Detran de cada estado.

Por que reinventar a roda? Temos que praticar aquilo que está dando certo no Brasil, porque a lei existe desde 2006, mas a licitação não foi praticada, porque não temos experiência, porque não temos a segurança de que as autoescolas que prestam um bom serviço vão poder, após a licitação, continuar com as portas abertas, prestando um bom serviço à comunidade catarinense.

Por isso, vocês têm o nosso apoio, vocês terão o nosso voto, para que vocês possam continuar

gerando emprego e renda e formando os nossos bons motoristas no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Quero saudar o nosso presidente da mesa, também o nosso eminente deputado Darci de Matos, os nossos deputados e deputadas.

Gostaria de corroborar com a manifestação do nobre colega e dizer que chegou o momento de a Casa do Povo de Santa Catarina tomar uma decisão.

Buscamos vários encaminhamentos, fizemos a junção de todos os órgãos responsáveis por essa questão, que são Detran, secretaria da Segurança Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, gabinete do governador, mas as coisas não chegaram a bom termo daquilo que imaginávamos. Então, cabe a esta Casa definitivamente dizer o que estamos fazendo aqui neste momento. Estamos aqui exatamente para regular, para autorizar, para fazer leis, para legislar. E já que existe toda essa complicação em função da Lei n. 13.721, no seu art. 6º, que obriga a realização de licitações públicas, eu, v.exa. e o deputado Sargento Amauri Soares propomos, em agosto de 2011, a revogação desse artigo. E a partir daí, com certeza, o Conselho Nacional de Trânsito, com a fiscalização do Detran, vai saber regular perfeitamente esse trabalho em todos os municípios de Santa Catarina.

Nobres pares, se hoje os 295 municípios têm estrutura para ter um Detran, para ter uma agência bancária, para ter uma agência dos Correios, com certeza têm estrutura para ter também um centro de formação de condutores. Então, eu gostaria de, além de revogar essa lei, ampliar esse trabalho para os municípios que ainda não têm.

Dessa forma, quero aqui me congratular com v.exa. e com os outros colegas que têm sido solidários e, acima de tudo, estão atentos a uma questão que o estado de Santa Catarina está passando, que é não conseguirmos realizar a licitação para a regulação desse serviço.

Quero agradecer a v.exa. por esse aparte. Estamos juntos e só vamos concluir quando esse assunto estiver resolvido e fazer com que esse povo volte a trabalhar.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Aldo, líder do PMDB.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo, deputado Darci de Matos, pela luta que vem fazendo, pelo trabalho que vem fazendo.

Eu dizia, e vou ser muito breve para não tirar todo o seu tempo, que queremos dar oportunidade às pessoas de poderem trabalhar. Queremos que seja prestado um bom serviço. E o papel do estado é acompanhar para que a sociedade tenha um bom trabalho, um bom serviço prestado pelas autoescolas; por isso, entendemos que não tem que ter reserva de mercado, como já falei pela manhã.

Queremos que as pessoas tenham oportunidade, que os municípios e a população tenham muita proximidade e um bom serviço prestado. Essa é a nossa luta e estaremos juntos para aprovar a lei que precisa ser aprovada, para que possa trazer esse respeito à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Darci de Matos, o que me preocupa não é o lado A ou B das autoescolas. O que me preocupa é a questão de formação e uma segurança jurídica para as pessoas, é que quem tenha uma autoescola possa investir em profissionalismo, em equipamento, para uma boa formação do nosso condutor.

Vejo que o problema, a carnificina que está hoje no Brasil é devido à má formação dos nossos condutores. É uma carnificina de norte a sul, de leste ao oeste, e temos a responsabilidade de dar

segurança àqueles que participam do processo de ter um investimento.

Acho que a questão do credenciamento, se foi antes ou depois da liminar ou não, não é o que temos que discutir aqui. Temos que discutir o que dê legalidade. E chama-me muito a atenção até agora o Detran não conseguir achar um caminho de regularizar e dar segurança para essa questão.

Essa questão tem que ser analisada com muita seriedade, com os pés no chão, porque estamos lidando com vidas. E hoje o carro, queira ou não queira, o automóvel, depende das pessoas que o utilizam, pois estão utilizando uma arma. Por isso, vou pedir até mais um tempo ao nosso orador, e nós já tomamos o tempo dele, porque a matéria é importante.

Sr. presidente, tem a questão da discussão, pois estamos discutindo uma coisa muito séria, que é a questão das nossas rodovias, a questão da formação dos nossos condutores, que são os motoristas que estão nas mãos das nossas autoescolas. Esse é um assunto que tem que ser bastante debatido, e não sei se é revogando ou criando leis, mas acho que é dando segurança nessa questão, ou seja, o estado dando segurança para que aqueles que estão na ponta possam investir em profissionalismo, possam investir em equipamento, para que tenhamos o melhor condutor.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço o aparte e gostaria de dizer que sim, que temos que investir em qualificação, e a responsabilidade pela legislação federal é do Detran, como já foi falado neste microfone por v.exa. há alguns minutos. Portanto, o Detran tem o poder de exercer a fiscalização e exigir a qualidade, e está fazendo.

Eu, que não sou base do governo, venho aqui de público elogiar o trabalho do Detran, de aumentar a fiscalização para garantir a qualidade.

Agora, o que com certeza não garante qualidade nenhuma é garantir reserva de mercado. Aí quem

está lá vai ficar muito confortável e pode ficar prestando o serviço no século XXI que prestava no século anterior. Aí, com certeza, não vamos qualificar mais os condutores de Santa Catarina.

Precisamos é garantir que a autoridade competente, o Detran, seja autoridade suficiente para fiscalizar, conceder ou retirar o licenciamento das autoescolas.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Como todos podem perceber, é unânime a posição do Parlamento catarinense e do governo do estado. E devemos agir rapidamente para a revogação da Lei n. 13.721.

Portanto, tivemos, deputado Elizeu Mattos, reunião com o dr. Grubba, com o dr. Zanine, com a assessoria jurídica desta Casa, e o caminho jurídico, o caminho legal, é exatamente revogarmos essa lei, para que possamos manter todas. Ou mantemos todas as autoescolas com as portas abertas ou fechamos todas. Mas queremos todas trabalhando, formando nossos condutores.

Podem ter a certeza de que vocês merecem, terão o nosso apoio, podem voltar tranquilos para as suas regiões.

Um grande abraço!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados assistentes que acompanham esta sessão, sejam todos bem-vindos!

Quero também deixar o meu desejo e expectativa de que as questões que vocês estão aqui reivindicando possam ter uma solução, o mais breve

possível, em relação às autoescolas, criando a segurança jurídica para aqueles que atuam nessa área e também para todos de Santa Catarina.

Quero mais uma vez cumprimentar o prefeito de Concórdia, João Girardi, que está aqui presente, o seu vice, Neuri Santier, que vieram para um encontro da Confederação dos Municípios, que acontece amanhã e depois. Daqui a pouco mais teremos uma audiência na Eletrosul, e também participaram, hoje pela manhã, da audiência pública cujo tema foi a Construção da Política Estadual da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Santa Catarina, com o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Trabalhador de nosso estado.

Tivemos a oportunidade de lançar essa frente, a qual estou presidindo, que contou com o apoio de alguns deputados desta Casa, de diversas entidades populares e sindicais, de organizações de trabalhadores, do Ministério Público do Trabalho, de entidades patronais, que estiveram presentes nesse evento que julgamos importante, pois é o debate da saúde do nosso trabalhador.

Tendo em vista a necessidade de informar os trabalhadores e empregadores sobre os riscos e doenças recorrentes no ambiente de trabalho, é que lançamos a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador que tem como objetivo apoiar, incentivar e assistir estudos relativos à sua saúde decorrentes das reivindicações de movimentos sociais, sindicais, fóruns sindicais, fórum de segurança, saúde do trabalhador, conferências, audiências públicas e congressos.

Tiramos, inclusive, como encaminhamento desse encontro da frente parlamentar a criação da comissão de trabalho que será formada por centrais sindicais, associações e federações de trabalhadores e órgãos governamentais, para promovermos nas diversas macrorregiões do estado debates sobre esse tema.

Vamos realizar audiências públicas para mapear a situação dos trabalhadores em Santa Catarina. Estamos solicitando também junto à Presidência da República a realização da Quarta Conferência

Nacional de Saúde do Trabalhador, e vamos tomar a iniciativa de fazer um contato com todas as Assembleias Legislativas do Brasil para aderirem a esse movimento, lançando em seus respectivos estados as suas próprias frentes em defesa da saúde do trabalhador.

Portanto, entendemos que foi um momento importante, neste Parlamento, como foi dito por um representante que lá estava. Já construímos muitas frentes, algumas estão em andamento, mas não se têm notícias, pelo menos na história mais recente, de se ter constituído uma Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. E agora este Parlamento toma essa iniciativa, e temos o prazer de presidi-la, contando com o apoio de diversos deputados e, principalmente, da sociedade que busca evitar aquilo que hoje é muito grave, que são quantias grandes de agravos relacionados às condições de trabalho que somam mais de 250 doenças diferentes.

Portanto, é um assunto importantíssimo que vai ganhar mais conotações ainda. Esperamos com essa frente contribuir nas propostas de elaboração para uma política estadual de saúde que tenha como objetivo a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Assim, agradeço a todos aqueles que apoiaram a realização desse evento e o lançamento da Frente Parlamentar.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, parceiro de Joinville, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Obrigado, presidente Nilson Gonçalves, srs. deputados, público presente, volto à tribuna, presidente, para falar de um problema que está tirando o sono da comunidade de João Costa, Parque Guarani, Itaú, do próprio Panaguá, que é a questão do fechamento da extensão da Escola de Educação Básica Gertrudes

Benta Costa, que funciona na Escola Municipal João Costa.

Essa extensão, sr. presidente, tem 379 alunos que estudam no período da noite e que por uma política da secretaria estadual da Educação corre o risco de ser fechada, caso a comunidade, nós, deputados, vereadores de Joinville não consigamos reverter esse problema.

É uma extensão que funciona há quase oito anos e que tem possibilitado à comunidade do entorno da Escola João Costa poder fazer o ensino médio perto de casa. Se essa extensão for fechada, esses alunos terão que se deslocar para bairros vizinhos, tendo que pegar ônibus, chegar tarde a casa. Tudo isso afeta a segurança e também a economia da família.

Então, pedimos encarecidamente ao secretário Eduardo Deschamps, à gerência regional de Educação, ao secretário regional de Joinville, Bráulio Cezar da Rocha Barbosa, para que não meçam esforços pela permanência dessa unidade, dessa seção, a fim de que os alunos possam estudar perto da sua casa, para que possam ter tranquilidade e os pais também pela segurança de seus filhos.

Existe outro problema, presidente, se essa extensão for fechada, outra extensão da Escola Estadual Professora Juraci Maria Brosig, que funciona na Escola Municipal Prefeito Baltasar Bruschle, também poderá ser fechada.

Então, juntando as escolas, as duas extensões, são mais de 600 alunos que poderão ser prejudicados, caso isso ocorra.

Estamos encaminhando uma moção ao secretário da Educação, para que pense com carinho, para que olhe com muita atenção a questão dessas duas extensões da Escola Estadual Professora Gertrudes Benta Costa e da Escola Estadual Juraci Maria Brosig, que funcionam na Escola João Costa e na Escola Baltasar Bruschle.

Quero parabenizar também, sr. presidente, o prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem, o governador Raimundo Colombo, por levarem ao município de Araquari uma unidade da BMW, a única

do Brasil, que vai gerar, a princípio, mil empregos diretos para aquele município.

Então, o município de Araquari e toda a região norte do estado estão em festa, o próprio estado de Santa Catarina e o Brasil estão em festa.

Até foi notícia de capa na *Folha de S. Paulo* a possibilidade de a BMW se instalar em Araquari. Foi motivo de festa no Brasil inteiro.

Realmente isso vai trazer um benefício enorme para a cidade de Araquari e para toda a região, porque são mil empregos diretos e milhares de empregos indiretos para a região. Então, quero dar os parabéns ao governador Raimundo Colombo, porque isso é prova da sua preocupação com a inclusão social, pois promove a geração de emprego e renda.

Parabenizo também todos os envolvidos pela ida da BMW para o município de Araquari.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, quero ressaltar a satisfação de receber aqui proprietários de autoescolas de Santa Catarina e dizer que a bancada progressista defende uma linha que possibilita a condição de livre mercado, respeitando a proporcionalidade populacional, as normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito, afinal de contas o estado alimentou uma expectativa, possibilitou a condição de poderem operar e de repente uma liminar, de uma hora para outra, suspende todo esse trabalho, criando instabilidade e insegurança. E o papel do estado deveria ser o contrário, ou seja, dar segurança jurídica a esses estabelecimentos para que possam promover suas ações e prestar um serviço de excelência e de qualidade à sociedade catarinense.

Dessa forma a bancada progressista defende essa linha no sentido de que se solucione o mais

breve possível a questão, buscando talvez a revogação dessa lei, e que se permita a livre iniciativa de mercado para aqueles que se interessarem em participar do processo.

Na manhã desta terça-feira, presenciamos um feito extremamente relevante. Deputado Dóia Guglielmi, v.exa. não pôde comparecer em função de outros compromissos na comissão, mas também é um dos que apoiam a instalação do aeroporto regional de Jaguaruna. E estivemos lá juntamente com os deputados Joares Ponticelli, José Nei Acari, José Milton Scheffer, também os deputados federais Edinho Bez e Jorge Boeira, o secretário de estado Valdir Cobalchini, o secretário de estado Paulinho Bornhausen e o governador Raimundo Colombo.

Tive a oportunidade de falar em nome da bancada do sul, dos deputados estaduais. E pude participar ainda no meu primeiro mandato, juntamente com o então senador Geraldo Althoff, com o secretário e deputado na época Leodegar Tiscoski, com o deputado federal Edinho Bez, com o presidente da Associação Comercial e Industrial, Murilo Bertolucci, de Tubarão, e também o presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, Álvaro Arns, quando houve um desafio por parte do brigadeiro ao senador Geraldo Althoff para que colocasse R\$ 60 milhões junto ao orçamento do Departamento de Aviação Civil do país e em contrapartida liberaria R\$ 17 milhões para "startar" o processo do aeroporto regional de Jaguaruna.

O processo iniciou-se no governo de Esperidião Amin, teve continuidade no governo Luiz Henrique da Silveira, depois, no governo Pavan e agora com Raimundo Colombo. E vejo com muita iniciativa e expectativa o aeroporto pronto. Inclusive hoje foi assinado o ato para a licitação, a fim de que uma empresa possa através de uma concorrência pública fazer todo o processo de administração daquele aeroporto, para que ainda este ano entre em operação.

Portanto, vejo com muita propriedade, com muita expectativa, a redenção do sul, a partir do aeroporto que tem em paralelo a ferrovia, que tem

paralelo a rodovia BR-101, e também a modernização do porto de Imbituba. Sendo este estratégico e geograficamente um ponto atrativo por estar no centro de duas metrópoles, que é a Grande Florianópolis e também Porto Alegre. Conseqüentemente vamos ter uma rotatividade significativa de voos, de passageiros e, na extensão, num futuro bem próximo, o terminal de carga, para que possa operacionalizar com toda a sua atividade, com toda a sua potencialidade, aquecendo cada vez mais economia do sul catarinense.

Foi ressaltada a questão e a importância da BMW que vem para Santa Catarina, no município de Araquari. E veio, evidentemente, pela participação efetiva do governo, já do governo passado e agora deste governo, mas que o atrativo maior é pela infraestrutura que o norte do estado detém através dos seus portos, dos seus aeroportos, das suas rodovias duplicadas e através da qualificação técnica do recurso humano daquela demanda existente, principalmente no norte do estado.

É isso que dá com certeza a segurança jurídica para que os investidores possam aqui vir se estabelecer e promover as suas atividades econômicas. Por essa razão vejo com muita propriedade esse investimento, onde se começa buscar o entabulamento de negócios, de atrativos com as empresas operadoras do sistema de aviação do país, para que possamos dar rotatividade e dar celeridade a todo esse processo licitatório, para de uma vez por todas "startar" o início das primeiras operações, dos primeiros voos de aterrissagem e decolagem, através do aeroporto de Jaguaruna.

Acredito que num espaço muito breve de tempo, até mesmo com os investimentos tanto por parte do governo federal quanto do PAC catarinense, praticamente R\$ 7 bilhões de investimentos, e grande monta desses recursos, virão mais de R\$ 2 bilhões, um atrativo específico, um propósito específico, para a construção de novos acessos, da modernização dos portos, da infraestrutura, da logística catarinense. Será a grande oportunidade

do sul do estado poder "startar" a sua economia, mesmo porque se tem distanciado das demais regiões do estado comparado ao seu PIB - Produto Interno Bruto -, uma vez que o norte do estado cresce comparadamente ao PIB chinês, em torno de 9% e 10%, enquanto no sul o PIB está em torno de 2,5% e 3%.

Por essa razão, é importante a participação efetiva do governo dentro da linha estratégica de planejamento e esses investimentos com propósitos específicos, para que possamos de uma vez por todas dar essa grande oportunidade ao sul que tanto contribuiu com o estado de Santa Catarina e com esta nação.

Está de parabéns o governador do estado Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, a sua equipe, a sua administração, o secretário Valdir Cobalchini, que muito solícito em todos os momentos não mediu esforços para que esse intento viesse a acontecer, juntamente com o secretário Paulinho Bornhausen e, tenho certeza, com a participação das associações dos municípios que impulsionaram o processo desde a compra do terreno, para que com esses 300ha o estado pudesse efetivamente montar a sua estrutura, viabilizando os recursos a fim de que comece a operar o aeroporto de Jaguaruna.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de falar novamente sobre as autoescolas, principal assunto até este momento na tarde hoje. Que bom que foi, justamente porque tínhamos a presença de diversas lideranças, inclusive políticos, que vieram por causa dessa

questão para ajudar as autoescolas existentes em suas regiões a continuarem funcionando.

Vi aqui prefeitos e vereadores de cidades de tamanho médio e pequeno, ou seja, justamente lá no interior do estado que é necessário que haja mais autoescolas, ou melhor, que haja alguma autoescola, porque se aqui na grande Florianópolis, em Joinville, em Blumenau, em Lages já existem várias autoescolas e já tem uma diversidade, uma disputa e uma concorrência comercial entre as autoescolas, isso é excelente. No entanto, na maioria das cidades que têm autoescola, porque muitas não têm autoescolas, é a única e está fechando por decisão do Tribunal de Justiça.

Evidentemente, que o Tribunal de Justiça age em cima da questão que lhe é entregue pela parte interessada; no entanto, a mesma lei com rigor necessário fecha todas, porque nenhuma autoescola funcionando em Santa Catarina passou por qualquer processo licitatório. Se for para ser rigoroso com a lei, o egrégio Tribunal de Justiça deve saber que para fazer isso nenhuma está cumprindo a Lei n. 13.721.

Então, fecha as que foram criadas a partir de 2006, ou seja, aquelas principalmente das cidades menores onde não tem nenhuma outra autoescola, ou na cidade média onde fecha uma e fica apenas mais uma. Isto não tem outro nome a não ser reserva de mercado. A Lei n. 13.721 deveria ser chamada de lei da reserva de mercado para autoescolas criadas antes de 2006. Esse deveria ser o nome real dessa lei, porque esse é o objetivo que ela está se destinando.

E o cidadão que está na sua casa acompanhando-nos pela TVAL deve pensar que esses deputados têm uma lei que obriga a licitação e eles não querem, mas querem devolver o poder para o chefe do Detran. Parece estranho, porque a legislação federal, como já foi dito aqui, regula isso e estabelece que em cada estado o chefe do Detran é a autoridade competente para fiscalizar, conceder a licença e tirá-la.

Agora, aqui no estado de Santa Catarina, com argumento meramente simpático de que era bom para o interesse público criar a licitação, foi criada uma legislação que obriga a licitação. Mas para quem obriga a licitação, se seis anos depois, já estamos indo para março quando completará o sétimo ano, e nenhuma licitação foi feita no estado de Santa Catarina? Por quê? Porque os mesmos interesses que aprovaram a lei estão infiltrados dentro do aparato do poder público espiando, ganham dinheiro para fazer isso, quando o Detran começa a movimentar alguma coisa em termos de licitação. E já estão lá dando um jeito de melar a licitação. E dessa forma apenas as autoescolas antigas continuam existindo.

Nós também queremos falar em melhorar a qualificação dos condutores de veículos no estado de Santa Catarina, mas não é com reserva de mercado que se vai conseguir isso, pelo contrário, é possível provar que as autoescolas criadas depois disso têm tanta ou, em alguns casos, mais qualificação técnica do que as que estavam lá há 30 anos com uma antiga metodologia, antigos instrutores. Nada contra a quem é antigo, desde que se requalifique.

Então, esse é o fato, o argumento bonito da licitação produziu uma coisa feia em Santa Catarina, que é a reserva de mercado. Precisamos suprimir isso e, quiçá, tenhamos a capacidade e a força de vocês, sim, na semana que vem, para garantir que possamos revogar esse dispositivo esdrúxulo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc, pela TVAL e pelos nossos meios de comunicação, quero saudar de

forma muito carinhosa todos os vereadores, todos os prefeitos, os representantes das escolas de capacitação de condutores de automóveis, que se fazem presentes numa reunião justamente para decidir sobre a Lei n.13.721, cujo teor institui que as escolas de condutores de automóveis seriam selecionadas através de um processo de licitação.

Na verdade, pela resolução do Contran, do Conselho Nacional de Trânsito, quem deveria decidir isso seria o Detran, pois ele é o responsável pela segurança e teria que buscar a forma para selecionar, para credenciar as empresas, para fazerem justamente a seleção, a qualificação dos condutores de automóveis.

Então, cumprimento todas as lideranças que estão aqui no dia de hoje, que estão fazendo esse grande movimento.

Particularmente, concordo com a idéia de que não se pode fazer a seleção das empresas que vão capacitar os motoristas e conceder as carteiras de motorista por licitação, visto que no Brasil inteiro a maioria dos estados faz pela forma de credenciamento. Ou seja, instituem algumas normas, algumas regras. E aquelas empresas que se encaixarem nisso podem passar a fazer essa capacitação, em conceder a carteira de motorista.

Diz a Lei n. 13.721 que isso fosse através de processo licitatório. Mas vejo que o processo licitatório viria mais a prejudicar principalmente a população, porque em algumas cidades o usuário teria que se deslocar muito. Imaginem, por exemplo, colocar a maioria das escolas para conceder a carteira de motorista em Rio do Sul, que fica próximo aos 29, 27, 28 municípios que estão em seu entorno. No entanto, se formos do ponto de vista prático imaginarmos alguém de Santa Terezinha se deslocar até Rio do Sul, isso corresponde a 90, 100 quilômetros. É tão distante quanto de Brusque a Florianópolis. E não imaginamos alguém andar tanto para fazer a carteira, todos os dias ir à aula para poder fazer a carteira.

Por isso, quero cumprimentar esse movimento e dizer que também estamos favoráveis a essa outra

forma de credenciamento, justamente para permitir que seja de uma forma capilarizada e então mais fácil para as pessoas terem acesso à sua carteira de motorista.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero abordar um assunto muito importante com relação à melhoria das condições rurais. Se formos hoje à maioria dos bairros das áreas rurais dos nossos municípios, veremos ali que não existe pavimentação, que a energia elétrica é ruim, é monofásica, é insuficiente como necessidade, que o telefone fixo na maioria dos locais não existe ou funciona mal, que o celular não existe na área rural, internet, então, nem pensar.

Então, daqui a pouco se pensa que a favela das grandes cidades acaba sendo mais atraente do que muitas áreas urbanas num grande número de municípios.

Quero fazer uma referência especial à Associação de Moradores do Bairro Moura, no município de Canelinha, um bairro grande, a maior área plana do município. O bairro Moura era há mais de 200 anos a passagem entre o vale do Rio Tijucas e o vale do Rio Itajaí-Mirim, onde temos Tijucas, Canelinha e, no vale do Rio Itajaí-Mirim, também a cidade de Brusque.

Há muitos anos existe essa estrada que passa pela comunidade Moura, onde também existe um colégio com 330 alunos; por isso, não é uma comunidade tão pequena tendo esse número de estudantes na escola estadual. Mas apesar de ser um bairro antigo, a estrada é de chão batido, a energia elétrica é de baixa qualidade, algumas famílias têm telefone fixo, mas o telefone celular não funciona e também não funciona a *internet*.

Essa comunidade reivindica melhoria, primeiro, na condição da estrada. Eles pedem a pavimentação. É a rodovia SC-409. E sendo feita uma abertura entre Canelinha até Brusque, saindo pelo bairro Limeira, estaríamos enquadrando ou colocando o bairro Moura como um dos bairros almejados pelas pessoas que lá moram a continuarem na região, porque é uma região bonita, mas falta

infraestrutura, o que faz com que as pessoas sejam obrigadas a se retirarem do lugar.

Os filhos das famílias que lá moram acabam saindo para Blumenau, para Brusque, para Florianópolis, para Tijucas, para estudar, trabalhar, porque não tem estrada nem escola.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quero registrar com muita satisfação o Prêmio Educador Elpídio Barbosa, que foi concedido ontem, à noite, pelo Conselho Estadual de Educação. E dois municípios da nossa região, do extremo oeste do estado catarinense, tiveram as primeiras colocações no Ideb, o município de São José dos Cedros, indicador Ideb Anos Finais, e o município de Iporã do Oeste, indicador Ideb Anos Iniciais.

Ontem, tivemos a presença do nosso prefeito municipal de São José dos Cedros, o sr. Renato Broetto, acompanhado da primeira dama, sra. Mari. Esteve presente também a secretária de Educação, sra. Odete Casarin, e a professora Judite Lourezon.

Do município de Iporã do Oeste estiveram recebendo essa justa homenagem o prefeito municipal Adélio Marx, o secretário da Educação, sr. Nereu Barth, as professoras Celmira, Itamara, acompanhados pelo assessor de imprensa Cleber de Almeida.

Cabe destacar que os municípios do extremo oeste de Santa Catarina têm dedicado todos os esforços e, acima de tudo, investido muito no propósito de levar o conhecimento às nossas crianças de forma gratuita por todo o nosso país. E aqui em Santa Catarina os municípios pequenos do nosso estado têm, na pessoa dos seus governantes,

dos secretários municipais da Educação, essa sensibilidade de sempre buscar mais qualidade, levar condições, para que essas crianças possam, no futuro, disputar espaços universitários com pessoas que saem de escolas particulares.

Gostaria também de fazer referência, e estiveram conosco naquela ocasião o deputado Dirceu Dresch, representantes da deputada Luciane Carminatti, do deputado Padre Pedro Baldissera, a um manifesto, realizado há alguns dias em Planalto Alegre, onde os motoristas de ambulâncias, através da sua associação, estiveram reivindicando a urgência na recuperação da SC-283, que liga, basicamente, os trechos mais críticos entre Chapecó a Mondai.

Naquela ocasião foi feita uma paralisação com o objetivo de conscientizar as pessoas, mas acima de tudo de colher assinaturas para levar ao nosso secretário de estado da Infraestrutura e ao governador catarinense uma preocupação que vem daquelas pessoas que estão no dia a dia utilizando-se daquela rodovia com um propósito digno de levar condições de melhores tratamentos de saúde para pacientes da região do extremo oeste. E também há muitos, ainda, do Rio Grande do Sul que acessam aquela rodovia e que também sentem na pele as dificuldades.

Estivemos, ainda, na semana passada, levando essa reivindicação ao nosso secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e naquela ocasião o deputado Dirceu Dresch pode acompanhar também o manifesto que fiz sobre um documento expedido pela secretaria da Infraestrutura, que dava conta de que o processo de revitalização da rodovia havia sido suspenso momentaneamente para dar entrada, então, a um processo de restauração e reformulação de todo o projeto, o que é preocupante, porque vai demandar muito tempo, sendo que aquela rodovia clama por uma forma urgente de recuperação.

Então, numa conversa que tivemos com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, ele nos garantiu que ainda nesta semana, se São Pedro nos permitir, será feito um processo de tapa

buraco para conseguirmos recuperar e dar condições pelo menos de trafegabilidade aos veículos que se utilizam daquela rodovia todo sagrado dia.

Eu também ponderei ao secretário que se fôssemos esperar até o momento da conclusão do projeto de restauração daquela rodovia, que prevê seria a eliminação de curvas, a construção de terceiras pistas, a melhoria de trevos e de intersecções naqueles municípios por onde passa a BR-283, levaríamos muito tempo e até lá a sociedade não poderia esperar.

Então, como já há uma previsão orçamentária de R\$ 6 milhões, solicitamos ao governo do estado, através do secretário da Infraestrutura, que fizesse um processo de revitalização, que é mais rápido, para dar condições àquela rodovia no escoamento da produção, para que possamos agora neste período, em que também aquela rodovia é acessada em virtude das oportunidades turísticas que toda região da costa do rio Uruguai oferece, dar início ao processo licitatório para revitalizar e, no passo seguinte, sim, darmos entrada e continuidade a um processo de restauração dando as condições necessárias, que é o anseio de toda a nossa comunidade oestina, e fazer com que aquela rodovia possa adequar-se aos padrões exigidos neste momento, que são, principalmente, o número intenso de veículos e caminhões de carga que acessam às rodovias do estado de Santa Catarina e, de uma forma toda especial, a SC-283.

Demos entrada, deputado Elizeu Mattos, nesta semana, a um projeto de lei importante que vai ao encontro da valorização de um produto que está mantendo as famílias dos pequenos agricultores nas pequenas propriedades, alimentando as esperanças, vendendo esta oportunidade aos seus filhos para que eles possam continuar residindo no meio rural, que é o leite.

Demos entrada num projeto de lei que busca incluir na merenda escolar o iogurte e as bebidas lácteas nos educandários das escolas públicas do estado de Santa Catarina. Essa é uma forma de valorizar o agricultor e também as pequenas

agroindústrias que se instalam por todo este estado catarinense e que têm como propósito manufaturar o leite de onde se extrai o iogurte, o queijo, as bebidas lácteas e assim por diante.

Então, é uma forma de incentivarmos o nosso agricultor e a instalação e regularização dessas pequenas agroindústrias no estado de Santa Catarina. E é uma forma também de colocarmos na merenda escolar mais um alimento de qualidade e muito importante na formação e na estruturação óssea de uma criança em formação.

Assim, entendemos que isso é muito importante e protocolamos a matéria. Acreditamos que a sensibilidade dos nobres pares vai fazer com que esse projeto possa tramitar aqui no Parlamento e ter a sua conseqüente aprovação.

Mas também, deputado Elizeu Mattos, eu estou aqui muito à vontade para citar o seu nome nesta tarde de hoje porque percebo que o amigo ficará neste Parlamento somente até o final deste ano - e quem sabe no futuro poderá retornar a esta Casa -, pois irá assumir o comando do município de Lages. E faço questão de citar o seu nome porque falo, neste momento, sobre uma lei de sua autoria, a Lei n. 15.734, de janeiro deste ano e que teve a aprovação desta Casa. Trata-se de uma lei muito importante, que depende de regulamentação por parte da secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, que trata da utilização dos espaços dos educandários públicos estaduais para a realização de atividades esportivas, principalmente nos finais de semana e feriados.

Entendemos, da mesma forma como o amigo entendeu no momento em que entrou com essa proposição, que temos um espaço físico extraordinário nos educandários públicos estaduais, mas que não estão sendo bem utilizados. E daí os nossos prefeitos - e o amigo irá sentir isso na pele no momento em que assumir a prefeitura de Lages - sentem uma necessidade enorme de recursos financeiros para construir, paralelamente a essa estrutura que o estado já detém, uma nova estrutura, ginásios de esporte, campos de futebol, para poder permitir que essas

crianças e essas pessoas tenham acesso a essas quadras esportivas.

Então, com a possibilidade de se utilizar isso que o governo do estado já tem, e que já está pronto, nós vamos fazer com que os prefeitos possam investir esse recurso financeiro em outras atividades e necessidades dos seus municípios.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não! Ouço, com muita alegria, o nobre colega deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Mauro de Nadal, vai fazer um ano que essa lei existe. Na verdade, ela já está até regulamentada, porque a própria lei regulamenta ela mesma.

Eu acho que deveríamos ir - e sou parceiro de v.exa. - ao secretário de Educação cobrar um modelo de convênio a ser feito, o estado e as APPs, juntamente com a direção do colégio e a Regional. É simples porque há uma regulamentação dentro da lei de como utilizar aquele espaço público.

O que não dá para entender - e faz um ano que estamos esperando - é que a lei existe, os ginásios continuam fechados para a população, os adolescentes continuam se drogando a 500m do ginásio e os municípios tendo aqueles elefantes brancos fechados nos finais de semana.

Eu sou parceiro de v.exa. para marcarmos uma audiência com o secretário da Educação para que de uma vez por todas seja regulamentado e criado o modelo de convênio para que a comunidade possa usar os ginásios de esportes.

Penso que há necessidade, sim, dessa audiência urgente para que possamos também lembrar isso ao secretário. Talvez a secretaria tenha esquecido que tem que fazer a regulamentação num modelo de convênio e dar a orientação às Gerências Regionais de Educação e aos próprios secretários Regionais para que esse espaço ocioso possa ser aberto para as comunidades nos finais de semana.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Até porque por várias vezes conversamos, principalmente com

os diretores dos educandários estaduais, e o maior problema levantado por eles foi justamente quem vai cuidar dessa estrutura nos finais de semana.

Mas daí, analisando custo benefício daquilo que já está pronto e daquilo que está sendo reivindicado pela sociedade aos administradores dos municípios, eu vejo que prefeito nenhum vai-se omitir de dar a sua contrapartida dentro desse processo, até mesmo colocando funcionários à disposição do educandário para fazer todo esse processo de gerenciamento e todos os cuidados necessários para que possamos preservar o patrimônio público e organizar a utilização desse espaço físico.

Vejo isso com uma facilidade muito grande. Basta apenas um pouquinho de vontade, apenas isso. Nós temos as secretarias regionais bem próximas do povo, temos os secretários regionais, agora com autorização legal para poder realizar essa permissão lá nos educandários.

Vejo também uma facilidade muito grande dos prefeitos se juntarem a esse processo. E em vez de investirmos tanto em novas obras, novas construções, deveríamos economizar todos esses recursos para investir em medicamentos, educação, melhorias viárias e infraestrutura urbana, para permitir com que as crianças, a juventude que tem o desejo da prática dos esportes, possam utilizar desse bem público que na verdade não é somente de uma ou duas pessoas, mas, sim, de todo o catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se pode votar o Projeto de Lei n. 0293/2012, aprovado, hoje, pela manhã, nas comissões, que dispõe sobre a permuta de imóveis no município de Joinville. Trata-se de um fórum local.

(Os líderes aquiescem.)

A Presidência comunica que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos seguintes Ofícios n.s 0283/2012;

0316/2012; 0407/2012; 0503/2012; 0509/2012 e 0519/2012.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0104/2012; 0196/2012; 0485/2012; 0488/2012; 0504/2012; 0520/2012; 0525/2012; 0527/2012; 0529/2012; 0548/2012; 0549/2012; 0550/2012; 0551/2012; 0552/2012; 0556/2012; 0563/2012; 0584/2012; 0585/2012; 0586/2012; 0587/2012; 0595/2012; 0603/2012; 0606/2012; 0612/2012; 0623/2012; 0625/2012 e 0627/2012.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0085/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0228/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0267/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0142/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da rodovia SC/159 que liga o município de Águas Frias à Nova Erechim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e a comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0296/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama.

Conta com parecer favorável da comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0121/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 9º da Lei nº 13.336, de 2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, no âmbito do sistema estadual de incentivo à cultura, ao turismo e ao esporte - Seitec.

Ao presente projeto foi apresentada uma Emenda Modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0240/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a semana catarinense do meio ambiente.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0293/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a permuta de imóveis no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra para encaminhamento o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto é de fundamental importância à cidade de Joinville, e o deputado Nilson Gonçalves conhece bem. É um pleito muito antigo da comunidade. Tanto é que temos aqui neste momento a presença de quase uma dezena de vereadores da nossa cidade, lideranças, aguardando a votação desse projeto.

Na verdade, vamos permutar o terreno da prefeitura que funciona a Justiça Federal, ao lado da Câmara, com o terreno do estado onde está o Fórum antigo, velho, depredado, tirando a estética e a beleza do centro de Joinville. Ato contínuo, o município passa esse terreno do Fórum antigo para a União e fica com o terreno onde funciona a

secretária da Habitação. E aí sim vamos ter um belo prédio que vai ser a sede da Justiça Federal, no município de Joinville.

Continua em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agora, sim, v.exa. tem a palavra para convalidar a votação já efetuada.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Apenas para corroborar as palavras do deputado Darci de Matos e também citar com muita satisfação a presença de representantes do nosso município de Joinville, especialmente os vereadores, e dizer que este projeto já passou, na semana passada, pelas duas comissões e, por uma questão de tempo, não passou pela comissão de Transportes, porque não tivemos tempo hábil. E por isso veio para essa semana.

Isso vem ao encontro de uma necessidade urgente e vem resolver um problema para todos. É o tipo de projeto que não tem discussão nenhuma, porque ele é o desejo de todos, de resolver uma situação pendente em Joinville, que certamente vai ser bom para a comunidade, para Joinville e para os segmentos envolvidos.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu falava pela manhã na comissão de Trabalho que a permuta desse imóvel vai possibilitar que uma dor de cabeça antiga em Joinville seja curada, já que o imóvel do antigo Fórum encontra-se abandonado há muito tempo e que por muitas vezes tem sido usado por mendigos, andarilhos, tem sido alvo de depredação.

Então, com a ida da Justiça Federal para lá, o próprio Fórum ganha mais espaço, porque o prédio hoje onde está a Justiça Federal acaba sendo utilizado pelo Fórum e onde hoje está o antigo

Fórum, aquele prédio que está abandonado, vai funcionar um prédio moderno para atender toda a comunidade.

Quero parabenizar a mobilização, de como a gente chama aqui, da República Federativa de Joinville, que mais uma vez se organizou para, junto com os deputados, dar seriedade na votação desse projeto. Obrigado aos deputados das comissões que ajudaram a aprovar de forma tão breve, tão rápida, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0406/2012; 0407/2012; 0408/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0409/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano os Requerimentos n.s 0923/2012, 0925/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0924/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0926/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0927/2012, 0928/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0929/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0930/2012, 0931/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0932/2012, 0933/2012, 0934/2012 de autoria do deputado Mauro de Nadal, 0935/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Moção 0053/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao governador do estado, manifestando apoio à reivindicação dos trabalhadores da Saúde em favor da abertura de negociação para resolver as questões salariais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero ocupar esta tribuna, na tarde de hoje, para cumprimentar todos que nos acompanham, seja pela TVAL, Rádio Digital, todas as pessoas que estão nos acompanhando hoje à tarde, o movimento das nossas autoescolas.

Quero aqui de imediato, sr. presidente, colocar a nossa posição. Queremos construir aqui um bom termo de encaminhamento nessa questão da legislação. Queremos ajudar na comissão de Constituição e Justiça a dar um encaminhamento para que consigamos em primeiro lugar prestar um bom serviço à sociedade catarinense. É isso que o povo catarinense espera deste Parlamento, desta Casa, de termos autoescolas que possam prestar e formar bem os nossos motoristas, os nossos condutores.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que os municípios pequenos, como Saudade, o meu município, que tem menos de dez mil habitantes, assim como outros municípios, têm o direito de ter, também, próximo à sua casa, no seu município, uma autoescola prestando serviço à comunidade.

Temos um aumento significativo de motos e carros pela população catarinense e brasileira, e com certeza tem trabalho, tem serviço para todo mundo. E não precisamos aqui ter nenhuma reserva de mercado para algumas autoescolas prestar o serviço à sociedade catarinense.

Queremos sim contribuir na construção de uma legislação que consiga resolver essas questões, essas pendências, essa insegurança que está colocada aí nessa legislação do nosso estado, que inclusive esta Casa aprovou.

Também quero aqui, deputado Mauro de Nadal, dizer da sua fala, da Associação dos Motoristas de Ambulâncias, da mobilização da qual participamos no município de Planalto Alegre, uma semana atrás, e queremos dizer que para chegar a essa situação, fazer uma mobilização dos condutores de ambulâncias dos municípios da região, a situação

tem que estar muito grave. E ela está grave na rodovia 283, que liga Chapecó a Iporã do Oeste ou a Itapiranga.

De fato é uma situação preocupante a condição da rodovia, cheia de buracos, problemas gravíssimos. E podemos estar incorrendo em acidentes, como já tem, acidentes graves nesta rodovia. Por isso, chamamos a atenção do secretário Valdir Cobalchini, do governador do estado, para a imediata recuperação e reestruturação dessa rodovia.

Não é possível que uma rodovia que tem recebido tantos carros, tantos caminhões naquela região, uma região importante do nosso estado, ficar numa condição desastrosa e muito perigosa. Nós, certamente, vamos ter muitos acidentes neste período agora, naquela rodovia. E agora estamos chegando ao verão, e é uma região com um turismo muito grande, principalmente pelas águas termais, mas também da Bacia do Rio Uruguai, uma região muito procurada pela nossa população de Santa Catarina e de outros estados.

Por isso quero parabenizar a Associação dos Motoristas, principalmente o Marcos, seu presidente, lá de São Carlos, que conduziu essa mobilização pacífica dos motoristas de toda a região.

Mas quero voltar a um assunto, sr. presidente, que já tratei em outros momentos, que vem causando polêmicas e debates pelo país afora, que é a questão do Código Florestal Brasileiro.

Quero reconhecer aqui a importante vitória que a nossa agricultura familiar teve com o tratamento diferenciado da grande propriedade para a pequena. Por outro lado, deputado Sargento Amauri Soares, há esse compromisso que a agricultura familiar tem de contribuir na preservação do meio ambiente e na sustentabilidade em nosso país.

Não temos dúvidas de que, no momento em que se construírem políticas públicas, em que o agricultor tenha uma valorização pela renda de sua propriedade, o valor de seus produtos com os alimentos que produzem, o reconhecimento pelo papel que essa agricultura familiar faz na

preservação, uma remuneração pelo serviço ambiental, certamente, ela ainda cumprirá melhor essa função porque quem cuida e preserva mais o meio ambiente em nosso país são as pequenas propriedades.

Quero dizer que se criou uma espécie de escadinha, em que a menor propriedade tem um tratamento diferenciado: de zero a um módulo fiscal, são cinco metros de APP com 10% de reserva legal na propriedade; uma propriedade de um a dois módulos fiscais, são oito metros de APP, com 10% de reserva legal; de dois a quatro módulos fiscais, vai de 15 metros de APP e tem 20% da propriedade como reserva legal; de quatro a dez módulos fiscais, são 20 metros de APP e 30 metros mais 50% da largura do rio e a propriedade de mais de dez módulos fiscais, tem 30 metros e mais 100 metros com mais 50% da largura do rio.

Então, queremos dizer aqui a todos que nos acompanham e aos agricultores catarinenses para que fiquem tranquilos. Temos aqui no estado 95.71%, quase 96% das propriedades de Santa Catarina têm até quatro módulos fiscais. O módulo fiscal aqui vai de sete a 28 hectares e depende de cada região para completar esse módulo.

Então, queremos deixar bem claro que a nova legislação do Código Florestal traz uma diferenciação importante. Sempre foi um debate muito forte nas pequenas propriedades sobre essa questão dos 30 metros de APP. Então, se diferencia de cinco metros até 30, mas se criam algumas políticas que não tenho dúvidas de que, num futuro, será importantíssimo, principalmente na preservação da água e do meio ambiente.

Em relação aos nossos órgãos públicos como a Epagri, a Cidasc, a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, quero ajudar a nossa agricultura familiar dentro das áreas de preservação permanente produzir renda de forma sustentável, sejam ervas medicinais, seja fruticultura nativa, e o pinhão é um exemplo espetacular nessa perspectiva do agricultor preservar e produzir renda.

Quanto ao pagamento por serviços ambientais que aprovamos no Código Florestal catarinense, em nível nacional também se avançou nesse sentido ao tratar da cota ambiental, ou seja, cada hectare uma cota, e o agricultor pode vender para uma empresa, por exemplo, cotas ambientais e áreas preservadas para ter uma renda e não vender a sua terra.

Então, são mecanismos que podem no futuro ajudar muito a sustentabilidade ambiental, os movimentos sustentáveis, as nossas propriedades do nosso próprio meio ambiente.

Assim, sr. presidente, queremos agora construir um processo de debate para adequar o nosso Código Florestal catarinense à legislação federal, que são as regras constitucionais, pois a estadual tem que ser complementar.

Então, essa é a idéia de construir a partir da legislação de Santa Catarina, também a estratégia de produzir e preservar o nosso meio ambiente.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19 horas, em homenagem à Associação Catarinense de Professores, pela passagem dos seus 60 anos.

Está encerrada a sessão.